

<http://incrediblemachines.info/peter-wolfendale-socio-cognitive-platforms/>

PETER WOLFENDALE: Plataformas Sócio-Cognitivas

Comentários para os participantes da conferência *Máquinas Incríveis*. 8 de março de 2014. Tradução: Henrique Iwao, fevereiro e maio de 2016, a partir de uma versão ligeiramente diferente da contida no elo acima, fornecida pelo autor (anexada ao final).

Argumento Duro

- Conectando os pontos entre as falas de Dan e Reza e entre as de Nick e Ben.

1) O problema político é como nos constituir em um agente coletivo capaz de maximizar nossas liberdades individuais por meio de sua liberdade coletiva.

Platão sobre a justiça. Para artistas: nós precisamos construir o Estado como uma obra de arte.

2) A estrutura funcional desse agente coletivo exige diferenciação de papéis sociais, ou a divisão do labor. Importante salientar, isso inclui a diferenciação do labor cognitivo. Não pode haver um sistema efetivo de tomadas de decisão coletivas que não envolva tanto os sistemas de **especialização técnica** quanto os de **especialização administrativa**, ou cargos para **peritos** cuja autoridade especial corresponda à responsabilidade aferida em termos de capacidades particularmente epistêmicas e práticas (paridade normativa).

3) Eu gostaria de discutir a intersecção de dois ideais políticos que colocam restrições sobre possíveis respostas ao problema político: o ideal da **tecnocracia** e o ideal de uma **sociedade sem classes**. Estes são habitualmente tidos como incompatíveis, na medida que a tecnocracia é frequentemente interpretada como o governo por uma classe de peritos, e então oposta em princípio tanto à **democracia** quanto à dissolução das classes. Quero argumentar que elas não apenas são compatíveis, como

se apoiam mutuamente, na medida que a tecnocracia deve ser interpretada como em oposição à **meritocracia**, a qual é a forma de divisão do labor que é funcionalmente *indiferente* a classes, mesmo que não fundada sobre isso. Ademais, eu quero sugerir que o desenvolvimento continuado das tecnologias de informação irá nos permitir aproximar de ambos ideais.

4) O importante vislumbre de Heidegger sobre a ação é que a maior parte do que fazemos não é o resultado de raciocínio prático, mas meramente o exercício de heurística prática para lidar com o ambiente que temos, que nós ou desenvolvemos habitualmente ou aprendemos mais ou menos implicitamente através dos nichos comportamentais que estruturam os padrões de ação e interação constitutivos da cultura em que nos encontramos. De outra forma: *nós compensamos recursos cognitivos limitados pela resolução de problemas práticos através de cognição socialmente distribuída, produzindo soluções compartilhadas para problemas práticos comuns.*

5) O avanço de Foucault em relação a Heidegger é mostrar como esse tipo de cognição social é ela mesma socialmente diferenciada. Heidegger simplesmente fala sobre uma única reserva de heurísticas práticas ou '**mun**do', mas é claro que podem haver diferentes e interconectados '**mundos**', pertencentes a grupos sociais individuados por práticas comuns e estilos de vida.

6) Diante disso, eu acredito que nós podemos tratar as classes como **sistemas sócio-cognitivos** que resolvem distributivamente problemas práticos que são comuns a, ou conjuntamente compartilhados por esses grupos, cuja proximidade econômica é suficiente para estabelecer canais de informação internos, e permitir que padrões de comportamento possam se propagar e se ajustar incrementalmente, implicitamente e explicitamente. Um dos efeitos desse processo distribuído é a produção de soluções padrão para vários problemas e, importante, uma variedade de nichos de estilos de vida ou **papéis sociais implícitos** estáveis. Para usar o termo Foucaultiano, esses são sistemas de **subjetivação** através dos quais certos tipos de perícia são transmitidos e conservados.

7) A ideia é então que as classes são uma parte integral, se não implícita, do processo pelo qual o trabalho é dividido, apesar de que os parâmetros os quais elas operam internamente são colocados pelas relações entre as classes constitutivas da sociedade como um todo. Isso é dizer que elas possibilitam a geração de papéis sociais bastante diferenciados (por exemplo, o dono de loja, o empregado na fábrica, o doutor etc.) dentro dos nichos econômicos ampliados que elas ocupam (por exemplo, colarinho branco, colarinho azul, profissional etc.), bem como a subjetivação dos indivíduos que possam preencher esses papéis.

8) Em contraste com isso, nós podemos também identificar aspectos explícitos dos processos de divisão do trabalho, notadamente quadros de referência políticos e legais centralizados, a formalizar papéis implícitos, mas também a incluir instituições profissionais, pedagógicas e de pesquisa que engendram e avaliam diversas formas de perícia (por exemplo, órgãos de licenciamento, escolas, universidades). Apesar de ser óbvio que essas instituições sejam frequentemente parte do sistema de classes (por exemplo, Oxbridge no Reino Unido), e assim reproduzam os privilégios estratificados associados a elas, é apenas através da explicitação que essas irracionalidades podem ser superadas.

9) Isso nos traz ao ideal da tecnocracia. Ao invés de pensar a tecnocracia como preservando um lugar privilegiado para uma classe pré-constituída de técnicos, nós deveríamos pensá-la como prescrevendo máxima explicitação não apenas no processo de divisão do trabalho entre indivíduos pré-constituídos, mas também nos processos de subjetivação nos quais esses indivíduos são constituídos e capacitados a ocupar esses papéis sociais. É esse último aspecto que separa a tecnocracia da meritocracia, que apenas se preocupa com uma divisão ótima do trabalho entre sujeitos cujas capacidades já estão constituídas, estando assim cega às ineficiências estruturais que os sistemas de classe injetam no processo político. Se nós vemos a tecnocracia dessa forma [aqui exposta], então poderemos perceber que ela coincide com o

ideal da ausência de classes, conquanto ela tenha como objetivo superar todos os sistemas implícitos de diferenciação social que impedem a racionalização da estrutura funcional da sociedade.

10) Então a questão final é: o que isso tem a ver com a mecanização da produção de conhecimento? Bom, a hipótese frouxa que eu desejo propor é que o aumento da penetração da tecnologia de informação no dia a dia oferece para nós uma oportunidade para demolir as barreiras informacionais que transformam mais ou menos classes sociais em economias sócio-cognitivas fechadas. Isso é dizer que ela [a mecanização] nos dá recursos para nos mover de formas implícitas de cognição social para formas explícitas, nas quais nossa habilidade de oferecer uns para os outros opções para ações aumentam exponencialmente. Isso é algo que nós já vemos na proliferação de softwares de código aberto e mídias não proprietárias [*creative commons*], mas que idealmente precisaria ser estendido para todo o empenho prático humano, de modo que ao invés de reduzirmos a variação em ocupações permitidas numa sociedade igualitária, nós removeríamos os obstáculos cognitivos que fazem essas ocupações inacessíveis para aqueles que tem diferentes situações sócio-econômicas. (PLATAFORMAS SÓCIO-COGNITIVAS)

Rough Argument

- Drawing the link between Dan and Reza's talk and Nick and Ben's talk.

1) The political problem is how to constitute ourselves into a collective agent capable of maximising our individual freedoms by way of its collective freedom.

Plato on Justice. For artists: we must construct the state as a work of art.

2) The functional structure of such a collective agent demands differentiation of social roles, or the division of labour. Importantly, this includes a differentiation of cognitive labour. There can be no effective system of collective decision making that does not involve both systems of **technical specialisation** and **administrative specialisation**, or roles for **experts** whose special authority corresponds to a responsibility assessed in terms of particular **epistemic** and **practical** capacities (**normative parity**).

3) I want to discuss the intersection of two different political ideals that place constraints upon possible answers to the political problem: the ideal of **technocracy** and the ideal of **classless society**. These are usually taken to be incompatible, insofar as technocracy is often interpreted as rule by a class of experts, and thus as opposed in principle both to **democracy** and to the dissolution of class. I want to argue that not only are they compatible, but that they are mutually supportive, insofar as technocracy should be interpreted as opposed to **meritocracy**, which is a form of division of labour that is functionally *indifferent* to class, even if it isn't founded upon it. Moreover, I want to suggest that continuing development in information technology will enable us to approach both of these ideals.

4) Heidegger's important insight about action is that most of what we do is not the result of practical reasoning, but merely the exercise of practical heuristics for coping with our environment that we have either habitually developed or learned more or less implicitly from the behavioural niches that structure the patterns of action and interaction constitutive of the culture we find ourselves in. Put differently: *we compensate for limited cognitive resources by solving practical problems through distributed social cognition, producing shared solutions to common practical problems.*

5) Foucault's advance on Heidegger is to show how this sort of social

cognition is itself socially differentiated. Heidegger simply talks about a single reservoir of practical heuristics or '**world**', but it's clear that there can be different overlapping '**worlds**' belonging to social groups individuated by common practices and lifestyles.

6) Given this, I think we can treat classes as **socio-cognitive systems** that distributively solve practical problems that are common to, or jointly shared by groups whose economic proximity is sufficient to establish information channels between them, through which patterns of behaviour can be propagated and incrementally adjusted, both implicitly and explicitly. One of the effects of this distributed process is the production of default solutions for various problems, and importantly, a variety of stable lifestyle niches or **implicit social roles**. To use the Foucauldian term, these are systems of **subjectivation** through which certain sorts of expertise is transmitted and conserved.

7) The idea is thus that classes are an integral if implicit part of the process through which labour is divided up, though the parameters they work within are set by the relations between classes constitutive of the society as a whole. This is to say that they enable the generation of more differentiated roles (e.g., shop owner, factory worker, doctor, etc.) within the broader economic niches they occupy (e.g., white collar, blue collar, professional, etc.), as well as the subjectivation of individuals who can fill these roles.

8) In contrast to this, we can also identify explicit aspects of the process of labour division, most obviously centralised political and legal frameworks formalising implicit roles, but also including the professional, pedagogical, and research institutions that engender and assess various forms of expertise (e.g., licensing bodies, schools, and universities). Although it is obvious that these institutions are often integral parts of the class system (e.g., Oxbridge in the UK), and thus reproduce the stratified privileges associated with them, it is only through explicitness that these irrationalities can be overcome.

9) This brings us to the ideal of technocracy. Rather than thinking of technocracy as preserving a privileged place for a pre-constituted class of technicians, we should think of it as prescribing maximal explicitness not only in the process of dividing labour amongst pre-constituted individuals, but also in the processes of subjectivation through which these individuals are constituted as able to occupy these social roles. The latter clause is what sets technocracy apart from meritocracy, which only concerns the optimal division of labour amongst subjects whose capacities are already constituted, making it blind to the structural

inefficiencies that class systems inject into the political process. If we view technocracy in this way, then we can see that it coincides with the ideal of classlessness, insofar as it aims to overcome all implicit systems of social differentiation that impede the rationalisation of the functional structure of society.

10) So, the final question is what does this have to do with the mechanisation of knowledge production? Well, the loose hypothesis I wish to propose is that the increasing penetration of information technology into everyday life offers us the opportunity to break down the informational barriers that make classes into more or less closed socio-cognitive economies. This is to say that it gives us the resources to move from implicit to explicit forms of social cognition, in which our ability to offer one another options for action increases exponentially. This is something we already see in the proliferation of open source software and creative commons media, but it must be ideally be extended to the whole of human practical endeavour, so that rather than reducing the variation in occupations permissible in an egalitarian society, we remove the cognitive hurdles that make these occupations inaccessible to those of differing socio-economic backgrounds. (SOCIO-COGNITIVE PLATFORMS)